

A “severa vigilância para que a epidemia não atingisse aqueles infelizes”: notas sobre a gripe espanhola, os vicentinos e o Asilo São Vicente de Paulo na cidade de Goiás em 1919[♦]

The "severe vigilance so that the epidemic does not reach those unfortunate": notes on the spanish flu, the vicentians and the Asilo São Vicente de Paulo in Goiás city of 1919

Rildo Bento de Souza*

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a pandemia da gripe espanhola entre 1918 e 1919, a partir do trabalho desenvolvido pela Sociedade São Vicente de Paulo na Cidade de Goiás. Pretende-se compreender como os vicentinos conseguiram livrar o Asilo São Vicente de Paulo do vírus e também o trabalho desenvolvido por essa sociedade leiga na cidade, ressaltando o caráter higiênico-sanitário desses atendimentos.

Palavras-chave: Gripe espanhola. Goiás. Vicentinos.

Abstract: The aim of this article is to analyze the Spanish Flu pandemic between 1918 and 1919 from the work developed by the São Vicente de Paulo Society in Goiás City. It is intended to understand how the Vincentians managed to rid the virus from São Vicente de Paulo Asylum, and also the work developed by this lay society during the outbreak, emphasizing the hygienic-sanitary character of these services.

Keywords: Spanish flu, Goiás City, Vicentians

Março de 2022. Desde o dia 31 de dezembro de 2019, quando a China identificou um novo tipo de coronavírus, causador de uma nova doença, que recebeu o nome de Covid-19, que na sua forma mais grave compromete seriamente o sistema respiratório, fomos inseridos em um contexto que só tínhamos contato nos filmes de ficção, como *Contágio*, de Steven Soderbergh (2011), e nos livros, com destaque para o fabuloso *História do medo no*

[♦] Agradeço a leitura atenta e as sugestões dos(as) avaliadores(as), que muito contribuíram para a melhora deste trabalho.

* Doutor em História. Professor Adjunto da Universidade Federal de Goiás, com atuação no bacharelado em Museologia e no Programa de Pós-Graduação em História.

Ocidente, do historiador francês Jean Delumeau (2009), que no terceiro capítulo descreve os efeitos devastadores da epidemia em uma cidade. Também merece destaque, mas no campo da literatura, o primoroso *A peste*, do escritor argelino Albert Camus (2013). A pandemia do novo coronavírus trouxe consigo imagens que julgávamos relegadas aos livros e filmes citados, bem como diversos outros com a mesma abordagem: cidades inteiras desertas, com seus habitantes confinados em casa; cadáveres envoltos em lençóis jogados nas calçadas pelos familiares; médicos tendo que escolher quem vive e quem morre diante de dois doentes e apenas um respirador; abertura de valas comuns para colocarem os caixões dos que pereceram; ausência de velório, cerimônia, enfim, de todo o ritual de despedida...

De fato, tratou-se de “uma ruptura inumana”, como bem definiu Jean Delumeau (2009, p. 170). Não obstante, mesmo passado mais de dois anos, e tendo acesso a grandes obras artísticas e considerável avanço científico, que nos possibilitou uma vacina em tempo recorde, por exemplo, ainda não nos acostumamos com os duros desdobramentos políticos, sociais e econômicos que a pandemia trouxe a tiracolo, principalmente para o Brasil, que tanto flertou – e ainda flerta – com o negacionismo em suas inúmeras variantes.

Mas não é do Brasil de hoje que este texto trata, e sim de um que se situa entre 1918 e 1919, ou seja, mais de um século recuado no tempo, e que se encontrava, na ocasião, em contato com a pandemia que grassava territórios no mundo todo: o H1N1 provocado pelo vírus da influenza, popularmente conhecida como gripe espanhola. Nosso objetivo é analisar essa pandemia sob um viés bem delimitado, qual seja, o trabalho desenvolvido pela Sociedade São Vicente de Paulo na Cidade de Goiás durante o surto que começou em janeiro de 1919 e se estendeu até meados de abril do mesmo ano.

Isso posto, pretendemos compreender como os vicentinos conseguiram livrar o Asilo São Vicente de Paulo do vírus e, também, o trabalho levado a cabo por essa sociedade leiga na cidade, ressaltando o caráter higiênico-sanitário desses atendimentos. Como fonte, utilizaremos, principalmente, dois relatórios de 1919: um produzido pela Junta Administrativa do Asilo em julho e outro do Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo de dezembro. Para analisá-los, recorreremos aos pressupostos da análise de discurso, que, por sua vez,

considera a sua relação com o contexto e sua intencionalidade. A partir daí, o discurso começa a produzir “sentidos”, principalmente “[...] no contato do histórico com o linguístico, que constitui a materialidade específica do discurso” (ORLANDI, 2008, p. 8).¹

A gripe espanhola em Goiás

Em 2022, a invasão ao atual estado de Goiás, por grupos de arrivistas, escravocratas e assassinos, também conhecidos como bandeirantes, completa 300 anos. Foi em 1722 que a descoberta do ouro fez a Coroa Portuguesa se interessar pelo sertão. O violento processo de exploração aurífera, à custa da vida de milhares de escravizados e indígenas, deu início ao processo de colonização do território goiano. Há, proposital e/ou por profunda ignorância, uma tentativa de apagamento e silenciamento desses grupos – escravizados e indígenas – da história e da memória goiana (PALACÍN, 1992), em detrimento da valorização dos brancos e sua profunda relação com a construção de uma tal *goianidade* (SOUZA, 2017).

Entretanto, o período de fausto aurífero em Goiás pouco durou, ainda nas duas últimas décadas do século XVIII houve uma acentuada diminuição na produção, o que comprometeu a rentabilidade da sua exploração. No século XIX, com o fim da atividade aurífera, “[...] a população não só diminuiu como se dispersou pelos sertões; os arraiais desapareciam ou se arruinavam e a agropecuária estava circunscrita à produção de subsistência” (PALACÍN; MORAES, 2008, p. 67). E, aos poucos, o povoamento do território foi sendo feito, com o surgimento de fazendas e pequenos arraiais (BERTRAN, 1994, p. 7).

Devido a esse contexto, o século XIX também foi permeado por um forte sentimento de isolamento. O tempo para se chegar ao Rio de Janeiro, saindo da Cidade de Goiás, por exemplo, ultrapassava seis meses. Foram feitas tentativas

¹ Para Michel Pêcheux, a análise do discurso ocorre no entrecruzamento de três caminhos: o acontecimento, a estrutura e a tensão entre descrição e interpretação (PÊCHEUX, 2008, p. 18-19). Para o autor, deve-se analisar um discurso a partir de “redes de memória” e dos “trajetos sociais nos quais ele irrompe”. Nesse aspecto, deve-se considerar sempre “o outro nas sociedades e na história”, possibilitando, dessa forma, os processos de ligação, de identificação e de interpretação (2008, 54-56). Quando se faz a leitura de um texto, o leitor torna-se um sujeito, estabelecendo uma relação com o autor e produzindo sua própria interpretação. Essa é a importância do outro na produção de enunciados discursivos.

para diminuir o tempo gasto nos deslocamentos por meio da navegação do Rio Araguaia-Tocantins (DOLES, 1973), porém, a maior esperança foi depositada na tão aclamada estrada de ferro, que, não obstante, só chegaria de fato em Goiás no início do século XX (BORGES, 1982).

E foi percorrendo o caminho da estrada de ferro que a gripe espanhola rapidamente se espalhou, não somente pelo território goiano, mas também a todo o interior do Brasil (SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 17). Em 1918, a última estação da ferrovia, Roncador, em Urutaí, ficava a quase 300 quilômetros de distância da Cidade de Goiás, capital da Capitania, da Província e do Estado até 1937, quando perdeu o título para a recém-criada Goiânia. Do final do século XIX até o início do XX, foram comuns na região as epidemias de varíola, cólera, febre amarela, sarampo e caxumba (SALLES, 1999, p. 93-97). Porém, a primeira de caráter pandêmico foi a gripe espanhola de 1918. O surto do vírus H1N1 surgiu no último ano da Primeira Guerra Mundial e, provavelmente, começou nos Estados Unidos e se disseminou a partir dos soldados que foram enviados para os campos de batalha. Estimativas modestas sugerem que a gripe matou mais de 20 milhões e outras apontam para o número de 50 milhões. Recebeu o nome de “gripe espanhola”, “[...] porque foram os jornais da Espanha, país neutro na guerra, que começaram a divulgar o surto que estava vitimando combatentes. Nos países diretamente envolvidos no conflito, notícias foram censuradas para não arrefecer a moral das tropas” (KIND; CORDEIRO, 2020, p. 4).

A medicina não sabia explicar a causa e a alta letalidade da gripe espanhola. Chegou-se até a duvidar de que se tratava mesmo de gripe e alguns falavam equivocadamente em bactérias como causadoras da doença. Na época já se sabia da existência de vírus, mas eles só puderam ser vistos e isolados na década de 1940 com a invenção do microscópio eletrônico. Diante disso a gripe foi um campo aberto para experimentação: vacinas improvisadas, utilização dos mais diversos tipos de tratamentos paliativos e de remédios diversos (OLIVEIRA, 2006, p. 155).

À exceção do interessante trabalho de Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2020), publicado em 2020, na esteira da pandemia de covid-19, que faz um retrato geral da gripe espanhola no Brasil, desde quando ela chegou à cidade do

Recife, por meio do navio *Demerara*, proveniente da Inglaterra, a maioria dos estudos acadêmicos que trata do fato ressalta seu caráter regional, circunscrevendo a análise a cidades ou a estados. Liane Maria Bertucci (2002), por exemplo, analisou a desestruturação do cotidiano na cidade de São Paulo por conta da influenza, enfatizando tanto a mobilização popular quanto a oficial diante da pandemia, além de ressaltar a atuação dos médicos. Claudio Bertolli Filho (2003), por sua vez, também centrou sua análise em São Paulo evidenciando a maior letalidade entre os pobres do que entre os ricos. Seu impacto na Bahia foi estudado por Christiane Maria Cruz de Souza (2009); no Rio de Janeiro, então capital da República, foi analisada por Adriana da Costa Goulart (2004); e, por fim, os impactos na cidade planejada de Belo Horizonte (MG) foram deslindados por Anny Jackeline Torres Silveira (2007). Em Goiás, dois trabalhos se destacam nessa seara. O primeiro deles é o estudo de Eliézer Cardoso de Oliveira (2006) sobre as representações do medo e das catástrofes no estado, embora a gripe espanhola apareça em apenas um tópico. O outro, mais completo, é de Leandro Carvalho Damacena Neto (2011) que analisou com profundidade a gripe espanhola na Cidade de Goiás.

De outubro, quando se fez presente no estado de Goiás, até o começo de janeiro, quando grassou a capital, a gripe espanhola encontrou uma população aterrorizada diante do surto. A organização de um cordão sanitário nos arredores da cidade, no povoado de Areias, “[...] foi de fundamental importância para que o vírus perdesse sua capacidade virulenta letal”, postergando o ápice das infecções entre janeiro e fevereiro de 1919, quando no restante do país ocorreu em outubro e novembro de 1918 (DAMACENA NETO, 2011, p. 38). Embora não tenha de fato chegado, a notícia de que uma doença rondava fez com que o dia de finados de 1918 “fosse atípico na Cidade de Goiás”, além do medo, dor e suspensão das aulas (OLIVEIRA, 2006, p. 157). Na Bahia, por exemplo, a ida aos cemitérios no dia de finados chegou a ser proibida, e foi uma medida “impopular, visto que vinha de encontro a um costume arraigado no seio da sociedade baiana” (SOUZA, 2009, p. 169).

Em relação à capital de Goiás, a dificuldade de acesso, por estar entranhada no fundo de um vale, cercada pela Serra Dourada, possibilitou mais tempo para se preparar, informando a população, via jornais, sobre os cuidados

de higiene e salubridade que deviam tomar para diminuir o contágio tais como: não colocar na boca os dedos após o aperto de mão, fazer a assepsia das fossas nasais, dentre outros (DAMACENA NETO, 2011, p. 40). Uma vez infectados, seus sintomas mais comuns eram febre, calafrios, dores de cabeça, dor nos olhos, delírios causados pela febre, dores de garganta, catarro nasal e tosse. Estima-se que no estado de Goiás “[...] o número de vítimas fatais da epidemia de gripe tenha sido mais de duas mil, o que corresponde a cerca de quase 1% da população do Estado (500 mil na época): uma proporção equivalente à média nacional” (OLIVEIRA, 2006, p. 163).

A Sociedade São Vicente de Paulo e o seu asilo

A Sociedade São Vicente de Paulo foi criada em Paris, em 1833, pelo então estudante Frederico de Ozanam (1813-1853) e mais seis colegas da Faculdade de Direito. Das “conferências” que os sete estudantes faziam para discutir variados assuntos, surgiu o nome da organização, também popularmente conhecida como Conferência Vicentina. O nome do santo francês, Vicente de Paulo (1581-1660), foi escolhido para batizar a organização recém-criada. A Sociedade São Vicente de Paulo, portanto, se propunha a ser uma organização assistencial católica leiga com o objetivo de fazer caridade aos pobres e necessitados. O seu surgimento ocorreu na seguinte conjuntura histórica:

Em França o contexto sócio-político está condicionado pela revolução de 1830 e pela ascensão da Casa de Orleães ao trono de França. A conjuntura histórica é marcada pela criação de um Estado liberal, eminentemente laico, que considera a orgânica pública e estatal como o melhor enquadramento para o progresso social. Em grande medida, a recomposição sócio-política que é pensada a partir de 1830 absorve o pensamento racional iluminista que considera o Cristianismo como irrelevante para o progresso social e a vivência do catolicismo como um obstáculo para a plena liberdade humana. (CORREIA, 2014, p. 58).

No Brasil, o maior país do mundo em número de vicentinos, esse modelo de assistência chegou em 1872, com a criação da Conferência de São José, no

Rio de Janeiro, 14 anos após a primeira fundada na América do Sul, em 1858, no Uruguai. Em Goiás, a primeira conferência data de 1885.

Os trabalhos historiográficos sobre a Sociedade São Vicente de Paulo são poucos, e privilegiam uma análise micro da atuação da Sociedade, circunscrevendo a estados ou municípios. Dentre esses trabalhos, destacam a tese de doutoramento de Geraldo Chizoti, defendida em 1991, que analisou a relação entre a referida sociedade e a caridade, enfatizando as obras vicentinas em São Paulo entre 1874 a 1946 (CHIZOTI, 1991). Também em um trabalho de doutoramento, Ana Paula Magno Pinto esquadrinhou a atuação da Sociedade São Vicente de Paulo e suas relações com a formação e consolidação da República no Brasil. A abordagem contemplou a região da Zona da Mata mineira e analisou o processo de construção dos serviços de assistência em Minas Gerais, com destaque para o Hospital São Vicente de Paulo da cidade de Rio Pomba (PINTO, 2017).

Ademais, Rildo Bento de Souza, em sua dissertação de mestrado, posteriormente publicada em livro, analisou os primeiros anos de atuação da Sociedade São Vicente de Paulo na então capital do estado, Cidade de Goiás, privilegiando o Asilo São Vicente de Paulo, edificado para abrigar os pobres, doentes e desvalidos (SOUZA, 2014). A dissertação de mestrado de Cláudia Neves da Silva, por sua vez, contemplou a relação entre a atuação da Sociedade São Vicente de Paulo e o poder público municipal de Londrina (PR) entre 1964 a 1988 (SILVA, 1999). Também com foco nessa mesma cidade do interior do Paraná, Jolinda de Moraes Alves, em sua tese de doutoramento, analisou com muita profundidade a assistência social aos pobres na cidade entre 1940 e 1980, contemplando em vários momentos do trabalho a atuação dos vicentinos (ALVES, 2002).

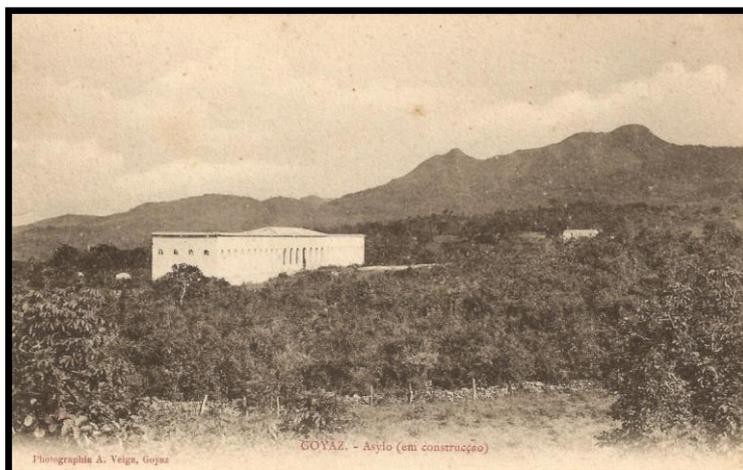
O modelo de assistência da Sociedade São Vicente de Paulo, como afirmamos no começo desse tópico, é feita por meio das conferências que funcionam em rede. Essas, por sua vez, são grupos com número determinado de integrantes, geralmente 15, que se reuniam com regularidade e frequência com a intenção de arrecadar recursos para ajudarem os mais pobres. Cada conferência era batizada com o nome de um orago protetor e as reuniões ocorriam, preferencialmente, nas igrejas. As conferências de cada cidade estão unidas

entre si pelos Conselhos Particulares. Estes, por sua vez, estão vinculados aos Conselhos Centrais, de caráter executivo, que responde por determinada circunscrição. Na sequência hierárquica, há os Conselhos Metropolitanos, de âmbito regional. Em nível nacional, existe o Conselho Nacional do Brasil, com sede no Rio de Janeiro. E, por fim, coordenando o trabalho em todo mundo está o Conselho Geral Internacional, em Paris, na França

Embora em seus primeiros anos de funcionamento na Cidade de Goiás a Sociedade São Vicente de Paulo tenha se empenhado em ajudar os pobres em suas necessidades – desde gêneros alimentícios, roupas, aluguel de casas, patrocínio de casamentos e funerais, até noções de higiene e comportamento –, o grande número de pobres diante do número bem menor de vicentinos fez com que a ideia de um local onde pudessem ser tratados em conjunto prosperasse. Entretanto, mesmo com a inauguração do asilo, as conferências vicentinas continuavam com a ajuda aos pobres que não foram abrigados na instituição (SOUZA, 2014).

A primeira vez que surgiu a ideia para a construção de um “asilo de mendicidade”, por parte da Sociedade São Vicente de Paulo da Cidade de Goiás, foi em 1886; sua aprovação, contudo, ocorreu em 1888 e foi somente em 1900 que as obras, de fato, começaram. Sua inauguração ocorreu em 25 de julho de 1909, com a internação de 11 pobres.

Figura 1: Asilo em construção



Fonte: Acervo da Fundação Educacional da Cidade de Goiás - Casa Frei Simão Dorvi. Cidade de Goiás, 1908.

Como se percebe pela Figura 1, o Asilo São Vicente de Paulo foi construído nos subúrbios da então capital de Goiás, e é, atualmente, o único prédio fora do centro histórico, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Ademais, a Cidade de Goiás ostenta, desde 2001, o título de Patrimônio da Humanidade conferido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Imponente para a época, o prédio do asilo possuía 80 metros cada lado, em formato de U. À frente, localizava-se a Capela e o Salão da Junta Administrativa. Ao lado esquerdo, localizavam-se os dormitórios das Irmãs Dominicanas,² a cozinha e a rouparia. O lado direito, por sua vez, era dedicado aos alojamentos dos internos. O asilo era administrado pela Junta Administrativa, composta de um presidente, um secretário e um tesoureiro, eleitos dentre os membros da Sociedade São Vicente, e não recebiam salários. A administração interna e o cuidado com os asilados, por sua vez, estavam a cargo das Irmãs Dominicanas, vindas diretamente da França para trabalharem na instituição.³ De acordo com o seu Regulamento, o objetivo primordial da instituição era “[...] recolher os indigentes e mantel-os, dando-lhes o necessario abrigo, juntamente com o consolo que proporciona a Religião Catholica” (REGULAMENTO..., 1909, p. 2).

A gripe espanhola, a Sociedade São Vicente de Paulo e o asilo da capital goiana

Dentre os documentos do arquivo do Asilo São Vicente de Paulo,⁴ a gripe espanhola aparece diretamente em dois relatórios. O primeiro é o da Junta Administrativa do Asilo, de 26 de julho de 1919, que era lido pelo presidente ao término do seu mandato e antes da posse da nova junta que ocorria em seguida;

² As Irmãs Dominicanas de Monteils partiram de Paris para Goiás, em maio de 1889, com o objetivo de trabalharem no Colégio Santana e no Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara. Posteriormente, quando da inauguração do Asilo São Vicente de Paulo, mais algumas vieram da França. Na primeira comitiva, vieram oito irmãs. Ademais, era desejo do Diocesano Dom Claudio José Gonçalves Ponce de Leão (1841-1924) que a missão dominicana masculina, em Goiás desde 1885, fosse enriquecida com a presença das irmãs (SOUZA, 2014, p. 136).

³ Atualmente, a administração da instituição é realizada somente pelas Irmãs Dominicanas, sem a divisão com os vicentinos.

⁴ São mais de dez mil documentos que compõem o arquivo do Asilo São Vicente de Paulo que perfaz o período de 1885 a 1987. Dentre o acervo, destacam-se livros de receituários médicos, livro de visitas, livro de registro de entrada, livro de atas, relatórios administrativos, comprovantes de compras e pagamentos, recibos, escrituras, testamentos, bilhetes (SOUZA, 2019).

funcionava como uma prestação de contas e agradecimentos. O segundo, por sua vez, é o relatório do Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo, datado de 31 de dezembro de 1919. Em um histórico do asilo escrito em 1975 pelas Irmãs Dominicanas e, provavelmente, inspirada nos dois relatórios, há a menção à pandemia que assolou Goiás no final da segunda década do século XX: “[...] nenhum doente foi recolhido no Azilo por vigilância da Junta. As Irmãs foram dar assistência nas próprias casas e os Vicentinos faziam parte das comissões organizadas pelo Governo. Eles se substituíam à medida que eram atingidos pela terrível enfermidade” (HISTÓRICO..., 1975, p. 12).

Os Vicentinos resolveram resguardar os desvalidos que lá estavam recolhidos, porém, a assistência aos pobres e doentes, medidas tão caras à Sociedade São Vicente de Paulo, foram postas em prática durante este período. Até mesmo as Irmãs ajudaram no cuidado. Entretanto, nas Atas da Junta desta época, não foi mencionado uma única vez a questão desta gripe. Pelo visto, nenhum dos desvalidos do asilo foi atingido (SOUZA, 2014, p. 128).

Há dois pontos importantes a se ressaltar, o primeiro diz respeito ao fato de que “nenhum doente foi recolhido” na instituição durante o surto. Não obstante, em 1904, quando uma epidemia de varíola grassou o estado de Goiás, a Sociedade São Vicente de Paulo solicitou dinheiro do governo para concluir a construção do asilo, colocando, como contrapartida, o prédio à disposição, caso a capital fosse atingida pelo vírus (SOUZA, 2014, p. 69). Na ocasião, o asilo em construção foi usado para atender as vítimas da varíola, porém, 14 anos depois, o discurso mudou e o asilo se fechou para não contaminar os menos de 20 internos que lá se encontravam.

O segundo ponto que chama a atenção é que nas atas não houve nenhuma menção à gripe espanhola, provavelmente devido às poucas reuniões. As reuniões da Junta Administrativa do Asilo, realizadas com regularidade e frequência de, pelo menos, duas vezes por mês, no Salão Nobre da instituição, propiciavam o momento em que a Irmã Superiora partilhava com os vicentinos os problemas cotidianos do asilo. Em 1917, por exemplo, houve 38 reuniões, em todos os meses do ano. No ano seguinte, apenas 14, sem nenhum encontro em julho e setembro. E, em 1919, por sua vez, a primeira reunião ocorreu somente em dois de julho, às vésperas da posse da nova junta que ocorriam todos os anos

na data de fundação da instituição, em 26 do mesmo mês. Se nas atas a doença não apareceu, nos dois relatórios que analisaremos ela é constantemente lembrada, principalmente, para justificar as poucas reuniões: “a junta não pode funcionar em sessões com a regularidade precisa (...) devido a epidemia reinante” (CURADO, 1919, p. 3).

A junta que tomou posse em 26 de julho de 1918 era composta pelos seguintes cargos/vicentinos: presidente Maurílio Augusto Fleury Curado (desembargador); secretário Alcides Celso Ramos Jubé;⁵ e tesoureiro Umbelino Galvão de Moura Lacerda. Para a junta de 1919-1920, foi reeleito como presidente Maurílio Augusto Fleury Curado, tendo como secretário Joaquim Cardoso d’Avila e, como tesoureiro, Antonio Milburges do Espírito Santo. Em seu relatório lido no término da gestão de 1918/1919, Maurílio Curado desabafou em relação à gripe espanhola que perpassou o seu mandato à frente da instituição:

[...] vencemos o anno, sahindo victoriosos das maiores provações que Deus foi servido em nos mandar; pois como sabeis a epidemia reinou no mundo inteiro, sendo também esta Capital por ella visitada. A principio foi ella atacada pelo paratypho, e ainda não se achava ella em seu estado normal, quando irrompeu a grippe hespanhola fazendo grande numero de victimas; no entanto não se constatou um só caso quer de uma, quer de outra no Asylo, querendo dizer que São Vicente esteve connosco em tão dolorosas circumstancias, pois annexo a este estabelecimento achava-se a enfermaria do 60º Batalhão; portanto, devia estar esta casa mais do que outra sujeita ao mal, se não fosse as medidas higienicas que adoptamos, defendendo com alma, aquelles entes desprotegidos que Deus collocou sob nossas guardas. (CURADO, 1919, p. 2)

Nessa parte, há questões importantes para ressaltar, a primeira é em relação à epidemia de “paratypho”. Não sabemos precisar se o termo se refere à febre tifoide, febre paratifo ou tifo. As três doenças são causadas por bactérias e se proliferam em lugares com péssimas condições sanitárias e de higiene. Ademais, chama a atenção também o fato de que o asilo teria abrigado, em parte anexa, a “enfermaria do 60º Batalhão”. Somente nessa enfermaria, por exemplo, no dia 6 de janeiro, adoeceram 31 praças (DAMACENA NETO, 2011, p.

⁵ Foi um “[...] estudioso acerca da Geografia e do estado de Goiás, cuja obra foi destinada ao ensino de geografia, em especial dos jovens da elite goiana no início do século XX, estudantes do Colégio Lyceu de Goiás e da Escola Normal Oficial” (LELES, 2019, p. 1).

70). Mesmo tendo a enfermaria militar como vizinha, não houve nenhum contaminado no asilo. Isso evidencia que a instituição se esforçou para que o vírus nela não adentrasse e atingisse os internos.

Durante o ano de 1918, por exemplo, foram internadas seis pessoas na instituição, número inferior à média de 10,8 internações entre 1909 a 1917, possivelmente pelo medo de fazer a epidemia adentrar as fronteiras do asilo, os critérios de seleção foram mais rigorosos. Esse cordão de isolamento se fez sentir até mesmo nas visitas da sociedade vilaboense ao asilo, que eram comumente realizadas dia de domingo. Em 1918, coincidentemente, não consta na documentação arrolada nenhuma visita ao Asilo São Vicente de Paulo (SOUZA, 2014, p. 130).

Por fim, o documento sinaliza um dos efeitos colaterais da epidemia de gripe espanhola em Goiás, a falta de comida: “Devido a excepcional carestia de generos alimenticios que afflige a nossa Capital, não nos foi possivel, mau grado os nossos desejos, dotar o Asylo dos grandes melhoramentos” (CURADO, 1919, p. 3). Uma das explicações para a falta de alimentos no período é que “[...] a gripe chegou a Goiás entre novembro e fevereiro – meses destinados as atividades relacionadas ao plantio e colheita – é provável que ela tenha desestabilizado a produção agrícola, contribuindo para a grave crise alimentar que se abateu sobre a cidade de Goiás” (OLIVEIRA, 2006, p. 163).

Esse problema também ocorreu em outros pontos do país, como apontou Anny Jackeline Torres Silveira que em seu estudo sobre os impactos da gripe espanhola em Belo Horizonte, dedicou um tópico no terceiro capítulo para discutir a respeito da “carestia”. O desprovento de alimentos “já era renunciado antes mesmo da chegada da pandemia de influenza espanhola, como uma das consequências do conflito que se estendia por quatro longos anos”, em referência à Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o que levou o governo federal a “arbitrar os preços máximos do comércio a varejo de gêneros de primeira necessidade para a cidade do Rio de Janeiro”, porém, as tabelas poderiam ser “estendidas a qualquer ponto do país” (SILVEIRA, 2008, p. 154). No mesmo trabalho, a autora também relatou que a morte e o adoecimento dos trabalhadores rurais e a migração de muitos deles para trabalharem nas lavouras do interior de São Paulo pioraram a carestia. Ela também cita as “roças

gripadas”, para definir as lavouras que sofreram de alguma forma os efeitos da pandemia (SILVEIRA, 2008, p. 157).

O outro documento é datado de 31 de dezembro de 1919, foi escrito pelo Presidente do Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo, cujo nome não foi possível aferir pelos documentos, e narra detalhadamente a atuação dos vicentinos durante a epidemia de gripe espanhola. Elaborado mais de cinco meses após o relatório da Junta Administrativa do Asilo, o tempo pareceu favorecer uma visão mais distanciada e nem por isso menos interessante do evento. A epidemia, como vimos, chegou ao estado por volta de outubro e na Cidade de Goiás, em específico, no começo de janeiro de 1919 e seu auge ocorreu em fevereiro. Com isso, no relatório, há uma busca em enaltecer os vicentinos diante da tragédia. Sobre as Irmãs Dominicanas, ressaltou:

A administração interna entre as benemeritas Dominicanas se já não fossem tão reconhecidas pelos Goyanos a campanha em que todos se envolveram durante a epidemia de grippe nesta Capital que converteu em outros tantos azylos as casas por ellas administradas, bastará para tonal-as dignas de maiores incommios e de reconhecida competencia. (RELATÓRIO..., 1919, p. 2)

Se nenhuma pessoa foi aceita no asilo durante o surto, isso não diminuiu, de acordo com o documento, a ajuda oferecida à população. Para conseguir ajudar aqueles que precisavam, “[...] converteu em outros tantos azylos as casas por ellas administradas”; sugerimos tratar-se do patrimônio do Asilo São Vicente de Paulo que além de aceitar doações também recebia casas e bens de pessoas que queriam ser internadas na instituição. Em 1915, por exemplo, o asilo possuía sete casas na Cidade de Goiás, número que chegou a 15 em 1937 (SOUZA, 2014, p. 75). Essas casas foram usadas para abrigarem pessoas necessitadas que, em outras circunstâncias, seriam admitidas no asilo, mas que, devido ao contexto, não o foram. Isso foi explorado em outra parte do documento:

Durante a epidemia de grippe além dos socorros prestados pelo Governo do Estado a nossa sociedade de acordo com o Exmo. Sr. Bispo Diocésano e clero (...) desenvolveu grande actividade na visita dos doentes, em domicilio e em treze postos de socorros estabelecidos nesta Capital. Como medida de

precaução nenhum grippado foi recolhido ao Azylo exercendo a Junta severa vigilância para que a epidemia não attingisse aqueles infelizes. (RELATÓRIO..., 1919, p. 2)

Paralelamente, os vicentinos ajudaram na Comissão de Socorros instituída pelo Presidente do Estado, Joaquim Rufino Ramos Jubé – também vicentino e o segundo a presidir a Junta Administrativa do Asilo na gestão 1910-1911 –, com o objetivo de esquadrinhar toda a cidade, inclusive o interior das casas, verificando o estado sanitário dos mesmos; instruindo os moradores a se desinfetarem e a não acumularem lixo nas casas, colocando-os diariamente na porta das residências para serem corretamente descartados, além de incentivarem a limpeza das calçadas, e distribuírem vales de remédios e alimentos aos necessitados.

A partir das ações práticas da Comissão, podem-se observar as variadas concepções teórico-sanitárias nas quais se pautava, além da situação higiênico-sanitária da sociedade vilaboense. Por meio da primeira medida descrita, percebe-se que a Comissão estava preocupada com a higienização de ambientes insalubres. Ao final de 1918 e início de 1919, a capital goiana ainda não possuía serviços de esgoto e água encanada. A principal maneira de obtenção de água era através dos chafarizes instalados em diversos pontos da cidade. (DAMACENA NETO, 2011, p. 95)

Essa foi a resposta imediata diante do surto que ocorreu no mês de janeiro e fevereiro de 1919. Palavras como “higiene” estavam em voga desde o final do século XIX, e chegou a ser compreendida por alguns autores como uma ciência social aplicada. Nesse sentido, “[...] a medicina não teria por objeto apenas estudar e combater as doenças; ela apresentava fortes relações com a organização social” (LIMA, 1999, p. 96). Exemplos desse discurso higienista foram as reformas de Pereira Passos no Rio de Janeiro com o objetivo de sanear os espaços para acabar com as doenças. O próprio Asilo São Vicente de Paulo pode ser interpretado como uma tentativa de saneamento e higienização do espaço público que via no pobre, para além da repulsa, um foco irradiador de doenças. Isso justifica a construção do asilo num local distante do centro, como demonstra a Figura 1. Ademais,

Com relação às cidades, urgia sanear o meio, dessecando pântanos, afastando cemitérios, organizando e limpando o espaço urbano das aglomerações e da estagnação dos fluxos – do ar, da água e dos homens. A intervenção sobre as doenças sofreu então dois deslocamentos fundamentais. Não cabia mais intervir apenas sobre o corpo do indivíduo, visto que as doenças vinham de fora: era necessário agir sobre o ‘corpo social’. A medicina se fez coletiva para combater a doença de forma mais eficaz. Além disso, não se tratava de combater a doença já instalada no indivíduo, mas de evitá-la promovendo a saúde. O objeto da ação médica passou a ser a prevenção, e para efetuar-la seria necessário controlar fluxos e aglomerações, esquadrinhando e transformando o meio, especialmente a cidade (MARQUES, 1995, p. 56).

Ademais, após o impacto da bacteriologia de Pasteur, a reforma da saúde pública possibilitou que os higienistas olhassem o espaço urbano com “[...] certa dose de otimismo na crença de que a higiene permitira intervir positivamente sobre o insalubre espaço urbano” (LIMA, 1999, p. 97). É embasado, principalmente, nesse aspecto, que a Comissão de Socorros buscou contribuir para erradicar a epidemia que grassava a antiga Vila Boa: incentivando hábitos saudáveis e higiênicos da população e a salubridade dos espaços em que viviam. Isso também explica “as medidas higienicas” adotadas no asilo conforme o Relatório da Junta Administrativa que citamos páginas atrás, que justificou o fato de que nenhum interno padeceu da gripe espanhola. Não obstante, o Relatório do Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo explorou um pouco como foi o trabalho desempenhado pelos vicentinos nessa comissão:

Além do serviço propriamente das Conferencias em cada uma das comissões organizadas pelo Governo do Estado fazia parte um vicentino que ia sendo substituído por outro a medida que eram atacados da terrível enfermidade com a qual estavam em immediato contacto. Admirou-nos ver a dedicação com que muitos vicentinos acompanhados por companheiros estranhos a nossa milícia, com todo afã procuram os doentes nas mansardas e lá mesmo qual outros enfermeiros ministram pessoalmente os primeiros medicamentos, e como São Vicente elles não faziam por estardalço mas, simplesmente para mitigar o soffrimento da pobreza. [...]. a sua directoria expedio diversos vales extraordinarios de socorros em dinheiro e medicamentos. [...] Nos é muitissimo grato agradecer a todos que nos auxiliam em nossas obras, não só com esmolas e donativos, como com auxilios espirituais, principalmente no terrível momento de difficuldades que atravessamos. (RELATÓRIO..., 1919, p. 03)

Mesmo sem receber ninguém no Asilo São Vicente de Paulo, por medidas de controle para que a epidemia não eclodisse em um ambiente com pessoas de várias idades e portadoras de diversas doenças,⁶ os vicentinos atuaram para mitigar um pouco os danos que a epidemia provocou. Não obstante, o trabalho das Conferências Vicentinas terem continuado, mesmo após a inauguração da principal obra da sociedade, o asilo, como ressaltamos páginas atrás, no documento é evocado o caráter caritativo dos vicentinos, seja no fato de que havia um vicentino em cada comissão e que “ia sendo substituído por outro a medida que eram atacados da terrível enfermidade”, ou comparando-os ao próprio São Vicente.

Baseado no lema “O pobre é nossa riqueza”, a Sociedade São Vicente de Paulo propagandeava as próprias ações de modo a servirem de exemplo a outras pessoas. Porém, o objetivo “não era apenas moral – também era espiritual”, uma vez que ter “seus pobres, tal como se tinha seus mansos e seus criados, também significava ter seus intercessores, com o objetivo de redimir seus pecados e ter sua salvação garantida” (MOLLAT, 1989, p. 149). E isso fica evidente quando o documento agradece não somente aos que ajudaram com “esmolas e donativos”, mas também os que enviaram “auxílios espirituais, principalmente no terrível momento de dificuldades que atravessamos”.

Considerações finais

Este artigo teve o objetivo de analisar a atuação da Sociedade São Vicente de Paulo da Cidade de Goiás durante a pandemia de gripe espanhola no começo de 1919. O texto propôs uma breve reflexão sobre a pandemia que eclodiu em 1918 e sobre a história da Sociedade São Vicente de Paulo, abordando, em ambos os tópicos, seus reflexos e/ou impactos em Goiás. Por fim, no último tópico, privilegamos a análise de dois relatórios vicentinos sobre o trabalho desempenhado por essa organização católica leiga para com os doentes necessitados, promovendo e disseminando noções de higiene e salubridade visando à contenção da doença.

⁶ Como destacou Souza (2014) em seu estudo sobre essa instituição e, principalmente, sobre a heterogeneidade dos internos.

Embora já tivesse sido oferecido ao governo para tratar os doentes na epidemia de varíola de 1904, chegando a funcionar como um hospital improvisado, 14 anos depois, os vicentinos não permitiram que nenhuma pessoa fosse admitida no asilo, preservando os internos da gripe espanhola, embora em prédio anexo funcionasse uma enfermaria militar com muitos infectados.

Se os vicentinos não puderam oferecer o asilo, trataram de ocupar com doentes e necessitados as casas que faziam parte do patrimônio da instituição, oriundas de doações. Ademais, os vicentinos integraram todas as comissões de socorros, que esquadrinharam a cidade ajudando com alimentos a população mais pobre, bem como orientando e supervisionando o espaço a fim de torná-lo o mais salubre possível, conforme as recomendações da ciência do período. Ou seja, os vicentinos ajudaram a combater a epidemia na Cidade de Goiás, embora mantivessem a “severa vigilância para que a epidemia não atingisse aqueles infelizes” do Asilo São Vicente de Paulo.

Referências

ALVES, Jolinda de Moraes. **História da Assistência Social aos pobres em Londrina: 1940-1980**. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual Paulista, Assis-SP, 2002.

BERTOLLI FILHO, Claudio. **A Gripe Espanhola em São Paulo, 1918: Epidemia e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BERTRAN, Paulo. A memória consútil e a Goianidade. *In: Ciências Humanas em Revista*, v.5, nº.1. Goiânia: Editora da UFG, 1994.

BERTUCCI, Liane Maria. **Influenza, a medicina enferma. Ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo**. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, 2002.

BORGES, Barsanufu Gomides. **O Despertar dos Dormentes**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1982.

CAMUS, Albert. **A Peste**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2013.

CHIZOTI, Geraldo. **Operários da caridade: a sociedade de São Vicente de Paulo em São Paulo, 1874-1946**. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

CORREIA, Pedro Lage Reis. As redes de solidariedade: Frédéric Ozanam e o caminho de caridade da Sociedade São Vicente de Paulo. *In: Semanário Ecclesia*, nº. 1447, de 25 de setembro de 2014. Lisboa: Conferência Episcopal Portuguesa, 2014.

- CURADO, Maurílio Fleury. **Relatório da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo**. Cidade de Goiás: arquivo do Asilo São Vicente de Paulo, 1919.
- DAMACENA NETO, Leandro Carvalho. **A Influenza espanhola de 1918-1919 na Cidade de Goiás**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- DOLES, Dalísia Elisabeth Martins. **As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX**. Goiânia: Oriente, 1973.
- GOULART, Adriana da Costa. **Um cenário mefistofélico: a gripe espanhola no Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2003.
- HISTÓRICO da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás. In: **Arquivo do Asilo São Vicente de Paulo**. Cidade de Goiás, 1975.
- KIND, Luciana; CORDEIRO, Rosineide. Narrativas sobre a morte: a gripe espanhola e a Covid-19 no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 32, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/LdMLvxpDHBBygLqt8fC5SZRp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- LELES, Gabriela. Alcíde Jubé (1896-1961) e a geografia escolar em Goiás. In: **Terra Brasilis** (Nova Série) [Online], 10, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.2934>. Acesso em: 9 fev. 2022.
- LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ, UCAM, 1999.
- MARQUES, Eduardo Cesar. Da higiene à construção da cidade: o estado e o saneamento no Rio de Janeiro. In: **História, Ciências e Saúde – Manguinhos**, II (2), jul-oct., 1995, p. 51-67.
- MOLLAT, Michel. **Os Pobres na Idade Média**. Rio de Janeiro: Campos, 1989.
- OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **As representações do medo e das catástrofes em Goiás**. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. “Introdução”. In: PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008
- PALACÍN, Luis. Uma amnésia coletiva: a ausência do índio na memória goiana. In: **Ciências Humanas em Revista**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, v. 3, n.1/2, jan/dez 1992.
- PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de S. **História de Goiás**. Goiânia: UCG/Vieira, 2008.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

PINTO, Ana Paula Magno. **Assistência, saúde e sociedade: a sociedade São Vicente de Paulo na Zona da Mata mineira (1895-1939)**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2017.

REGULAMENTO do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Povia e Dr. Maurílio A. Curado Fleury. In: **Arquivo do Asilo São Vicente de Paulo**. Cidade de Goiás, 1909.

RELATÓRIO do Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo. In: **Arquivo do Asilo São Vicente de Paulo**. Cidade de Goiás, 1919.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. Saúde e doenças em Goiás – 1826-1930. In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de (Org.). **Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível**. Goiânia: Ed. Da UFG, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SILVA, Cláudia Neves da. **Poder público municipal e Sociedade de São Vicente de Paulo: dois modelos de atuação na área da assistência social (1964 – 1988)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista, Assis-SP, 1999.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. **A Influenza Espanhola e a cidade planejada**. Belo Horizonte, 1918. Belo Horizonte, MG: Argumentum, FAPEMIG, CAPES, 2008.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. **A Gripe Espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Salvador: Edufba, 2009.

SOUZA, Rildo Bento de Souza. **Pobreza, doenças e caridade em Goiás: uma análise do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1935)**. Jundiá-SP: Paco Editorial. 2014.

_____. Arquivo de instituições de saúde: a documentação do Asilo São Vicente de Paulo na Cidade de Goiás e seu potencial para pesquisa. In: **Sillogés** – v.2. n.2.jul/dez, 2019. Disponível em: <http://www.historiasocialecomparada.org/revistas/index.php/silloges/article/view/78/73>. Acesso em: 28 jul. 2020.

_____. Por uma identidade cultural para Goiás: uma análise da revista Goianidade (1992). In: **Revista de História Regional**, v. 22, n. 02, 2017. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/10142/6211>. Acesso em: 9 jul. 2018.

**Recebido em Março de 2022
Aprovado em Junho de 2022**